

PETROPOLITANAS

POR REDAÇÃO

Gabriel Bordon/CM



Coletivo opera acima do período permitido

RMO atrasado novamente pela CPTrans

Na próxima terça-feira (11), a Turp cobrará o valor de R\$ 5,90 na tarifa do transporte. Contudo, o que chama a atenção é que, novamente, a Companhia Petropolitana de Trânsito e Transportes (CPTrans) não publicou os Relatórios Mensais de Operação (RMO). A última publicação, prevista em lei, foi em julho. A não divulgação chama a atenção à me-

didada que problemas com os coletivos da Turp são registrados diariamente como, por exemplo, no próprio dia da audiência que autorizou o reajuste e também nesta quinta-feira, quando um ônibus quebrou na ponte de Corréas. O veículo, de placa KPJ-9545, está com tempo de operação acima do permitido, tendo em vista que foi fabricado em 2012.

Coleta de lixo

O Unita volta a chamar atenção para a irregularidade na coleta de lixo doméstico no distrito. Nas últimas semanas, moradores e comerciantes têm convivido com sacos acumulados nas calçadas, resíduos espalhados por animais e caçambas lotadas, especialmente em áreas

de maior circulação. A situação, que já havia sido registrada outras vezes, voltou a se agravar diante da crise financeira enfrentada pela Prefeitura. A prefeitura esclareceu que a coleta de lixo domiciliar ao longo da Estrada União e Indústria, inclusive na altura de Itaipava, já foi normalizada.

Divulgação Ascom/Câmara Municipal



Medida visa evitar impactos das fortes chuvas

PL propõe construção de reservatórios de água pluvial

Foi aprovado, nesta quarta-feira (05), o Projeto de Lei que determina a construção de reservatórios de água pluvial como medida de prevenção contra alagamentos no município de Petrópolis. A proposta tem como objetivo reduzir os impactos provocados por fortes chuvas e temporais, promovendo ações de drenagem e contenção mais

eficazes. A proposta tem autoria do presidente da Câmara Municipal, vereador Júnior Coruja e estabelece que o Poder Executivo, com base em laudos da Defesa Civil, do Corpo de Bombeiros Militar e em estudos técnicos, identifique as áreas de maior risco de alagamento e defina os locais para a implantação dos reservatórios.

Influência

O Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC/MCTI) anunciou que cinco de seus pesquisadores estão entre os 2% mais influentes do mundo, conforme levantamento realizado pela Universidade de Stanford (EUA) em parceria com a empresa

de publicações científicas Elsevier. Os dados, divulgados em setembro, utilizaram métricas padronizadas que contemplam 22 grandes áreas e 174 subáreas científicas, para duas listas: uma de projeção ao longo da carreira e outra relativa ao ano de 2024.

Metodologia

Foram reconhecidos os pesquisadores do LNCC Carlos Emanuel de Souza, Hélio Barbosa, Jaime Rivera, Marcelo Dutra Fragoso e Renato Portugal, todos incluídos na sétima edição do estudo. A lista, elaborada desde 2019 pelo Professor John P. A. Ioannidis, da Universidade de Stanford, em

colaboração com a Elsevier, é baseada em dados da plataforma Scopus. O estudo é público e está disponível no Mendeley Data Repository, reunindo informações detalhadas sobre pesquisadores. Os cientistas são classificados com base em indicadores bibliométricos padronizados

PETROPOLITANO

Circula em conjunto com: CORREIO PETROPOLITANO

MPF questiona cobrança antecipada na BR-040

Elovias deveria ter iniciado a cobrança apenas nesta quinta-feira

Por Gabriel Rattes

O Ministério Público Federal (MPF) determinou que a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e a concessionária Elovias SA prestem esclarecimentos urgentes sobre o reajuste da tarifa de pedágio da BR-040. No despacho, assinado pela procuradora da República Luciana Fernandes Portal Lima Gadelha, o órgão questiona o cálculo usado pela agência e afirma que a nova cobrança só poderia valer a partir de 6 de novembro, e não antes, como previa a ANTT.

De acordo com a determinação, a ANTT deverá encaminhar cópia do processo administrativo que embasou a Deliberação nº 385/2025, publicada no Diário Oficial da União em 24 de outubro. O MPF quer saber qual foi a memória de cálculo usada para definir o valor da nova tarifa e por que o termo inicial do reajuste considerado pela agência foi novembro de 2022, e não janeiro de 2023, como previsto no contrato de concessão.

Além disso, a ANTT deve informar os percentuais de descontos aplicados a usuários frequentes e àqueles que utilizam o sistema automático de pagamento (AVI), explicando com base no edital e no contrato da nova concessão.

Impacto na população

Quem vive o dia a dia da estrada sente o impacto direto do aumento. O engenheiro civil Edison Rodrigues, que utiliza o trecho da BR-040 há cerca de 35 anos, afirma que o reajuste é injusto diante da falta de melhorias visíveis. “Uso esse trecho há uns 35 anos, subo e desço por causa das obras que faço no Rio e na Baixada. Só piorou. A única melhoria tentada foi na curva do km 93, mas não resolveu nada”, contou.

Segundo o profissional, a qualidade do pavimento e da sinalização segue precária. “Eles pegaram uma manutenção muito mal feita da antiga concessionária. Misturam concreto



Thiago Alvarez/CM

O órgão também solicitou que a concessionária publique informações sobre descontos

com asfalto, que têm propriedades diferentes. O resultado é um piso horrível”, criticou.

Edison também comentou sobre o aumento da tarifa do pedágio. “A Elovias chegou chutando a porta. Como aumentar o pedágio nesse percentual sem investir um centavo sequer?”, questionou. “Vai prejudicar bastante. Muitos já pensam em evitar o pedágio passando por Xerém, embora o trecho também não seja bom. É um aumento que pesa no bolso de todos”, completou.

Para Rodrigues, a prioridade deveria ser a pavimentação adequada, já que o traçado da serra é antigo e não comporta o número de caminhões e carretas que circulam hoje. “A estrada foi feita em 1928 para veículos pequenos. Hoje passam bitrens e caminhões de 20 rodas. O traçado não comporta. É perigoso demais”, observou.

Falta de divulgação

O MPF também determinou que tanto a ANTT quanto a Elovias deem ampla publicidade, em seus sites, aos documentos e cálculos que justificam o reajuste. A procuradora observou que, embora a deliberação tenha sido publicada oficialmente, ela ainda não estava disponível na página da agência, o que fere os princípios de transparência.

Outro ponto questionado pelo MPF é o início da cobrança da nova tarifa. Segundo o despacho, o prazo de dez dias previsto pela ANTT deve contar a partir da publicação oficial da deliberação, ocorrida em 24 de outubro. Considerando os dias úteis, o MPF entende que a nova tarifa só pode ser cobrada a partir de 6 de novembro de 2025.

O órgão também solicitou que a concessionária publique informações sobre descontos, isenções e critérios de cobrança no site oficial, para garantir que os usuários da BR-040 tenham acesso às condições completas da nova tarifa.

O que diz a ANTT?

Procurada pela redação do jornal, a Agência informou que avaliará a solicitação e prestará os esclarecimentos diretamente ao Ministério Público Federal (MPF).

“Vale lembrar que a tarifa de pedágio é igual a ‘TBP de contrato x IRT x TCP’ que, neste caso, é igual a R\$ 21,00 (após aplicação do critério de arredondamento). Além disso, a aplicação do Índice de Reajustamento Tarifário - IRT de 1,14374, corresponde à variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA entre

novembro de 2022 e setembro de 2025, resultando em percentual positivo de 14,37% (quatorze inteiros e trinta e sete centésimos percentuais), para recomposição tarifária”, informou em nota

Representação no TCU

Enquanto o MPF cobra explicações da ANTT e da Elovias, o prefeito de Petrópolis, Hingo Hammes, e o deputado federal Hugo Leal (PSD-RJ) protocolaram uma representação no Tribunal de Contas da União (TCU) pedindo a análise da legalidade e da economicidade do contrato de concessão da BR-040.

Entre outras coisas, o documento alerta para o risco de “elevação cumulativa” da tarifa ao longo dos 30 anos da concessão, devido à combinação de reajustes automáticos e outros fatores de correção previstos no contrato.

Hingo e Hugo requerem que o TCU suspenda os efeitos da deliberação da ANTT e proíba novos reajustes até a conclusão de uma auditoria sobre a base de cálculo e a metodologia usada pela agência reguladora. Eles também pedem que a ANTT seja obrigada a recalcular a tarifa inicial e adote critérios de transparência mais rigorosos.

Campanha Novembro Azul é aberta

Divulgação



O tema é “Acolher para cuidar: saúde do homem em foco”

porcionais em juros e multas. A iniciativa também tem impacto direto sobre as finanças públicas, ao ampliar a arrecadação e reduzir o volume de ações judiciais por inadimplência.

“O programa representa uma oportunidade para que cada contribuinte restabeleça sua situação fiscal e colabore com o desenvolvimento do município. Estamos convocando a população a aproveitar este período final para negociar seus débitos e fortalecer as receitas que sustentam os serviços públicos”, afirmou o prefeito Hingo Hammes.

Prefeitura reforça campanha do Refis

A Prefeitura reforça o chamado aos contribuintes que ainda não aderiram ao Programa de Regularização Tributária (Refis). O prazo para negociação de débitos municipais com condições especiais segue até o dia 28 de novembro. O atendimento é realizado no Centro de Cultura Raul de Leoni, das 9h às 17h, com suporte da Defensoria Pública e do Cartório da Dívida Ativa.

O Refis foi criado para faci-

litar a regularização de tributos municipais, permitindo que pessoas físicas e jurídicas quitam pendências com descontos proporcionais em juros e multas. A iniciativa também tem impacto direto sobre as finanças públicas, ao ampliar a arrecadação e reduzir o volume de ações judiciais por inadimplência. “O programa representa uma oportunidade para que cada contribuinte restabeleça sua situação fiscal e colabore com o desen-

volvimento do município. Estamos convocando a população a aproveitar este período final para negociar seus débitos e fortalecer as receitas que sustentam os serviços públicos”, afirmou o prefeito Hingo Hammes.

O procurador-geral do município, Fernando Fernandes, ressaltou que o Refis tem se mostrado eficaz para reduzir disputas judiciais e ampliar o diálogo com os cidadãos.

“A negociação administrati-

va gera benefícios para ambas as partes, diminui a sobrecarga do sistema judicial e assegura maior previsibilidade à gestão fiscal”, observou.

Desde o lançamento, em setembro, a Secretaria de Fazenda vem registrando crescimento na adesão ao programa. O número de negociações reflete o interesse dos contribuintes em aproveitar as condições especiais, que incluem descontos que variam conforme o número de parcelas.